



ZANCHETTA, Diego, GUGLIELMINETTI, Rose. Protesto de docentes pede saída de Corinta: decisão da Secretaria Municipal de Educação de promover concurso para especialista é criticada por professores municipais. Correio Popular 06 jun 2002.

DA AGÊNCIA ANHANGÜERA

A decisão da Secretaria de Educação de Campinas em promover um concurso público para preencher 208 vagas de especialistas na rede municipal de ensino levou cerca de 300 professoras a realizarem um protesto, ontem, na Câmara de Vereadores. A medida da Prefeitura, tomada antes de um acordo com as docentes e com o Legislativo sobre o projeto de lei que altera a carreira do Magistério, é considerada ilegal pela representação das professoras e foi rechaçada pelo presidente da Comissão de Educação da Câmara, vereador Roberto Frati (PDT).

Com gritos de guerra contra a secretária de Educação, Corinta Geraldini - "fora Corinta!, fora Corinta!", - as professoras exigiram dos vereadores um posicionamento sobre a situação. O presidente da Comissão de Educação garantiu que a Câmara tentará agendar uma reunião com o Ministério Público do Trabalho para saber se existe legalidade no concurso público. "Foi uma atitude intransigente da secretária, as mudanças no Magistério estavam em discussão há apenas 20 dias", afirmou Frati.

O impasse no Ensino Municipal teve início em janeiro, quando a Prefeitura encaminhou à Câmara um projeto que estabelecia uma nova nomenclatura para as funções dos professores municipais. Pelo projeto, haveria apenas cargos de docentes A, B, C e D. As funcionárias que exercem funções de especialistas afir-

mam que o projeto abre brecha para extinguir seus cargos.

Sem acordo com as docentes e depois do projeto ser retirado da Câmara, Corinta optou por convocar concurso público para atender a uma determinação do MP, que não aceita a renovação de contratos de professores substitutos. A secretária frisou que a possibilidade de um concurso interno foi rejeitada pelas especialistas efetivas da Rede Municipal.

"O projeto enviado à Câmara criava uma carreira única e deixava abertura para um concurso interno", alegou a secretária. Sem obter consenso na categoria, Corinta optou por chamar um concurso público, de acordo com o Conselho Nacional de Educação, que emitiu parecer favorável à decisão. "Os conselheiros entenderam que o nosso estatuto explicita carreira dupla: uma de professores e outra de especialistas. Não tenho preocupação com a questão legal.", disse Corinta.

No entanto, a especialista em Direito Educacional, Neide Carichio, afirmou que a Secretaria de Educação está cometendo ilegalidade ao convocar concurso público. Para ela, o Estatuto do Magistério prevê carreira única - o profissional ingressa como professor e consegue promoções através de concursos internos, podendo chegar ao cargo de supervisor. "A Prefeitura deveria fazer concurso interno de promoção na Educação, porque não há duas carreiras previstas pelo Estatuto do Magistério", disse Neide. (Diego Zanchetta e Rose Guglielminetti/AAN)

**Especialista
vê ilegalidade
em novo
processo de
seleção**